



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA-PE
Palácio Municipal Dr. Franklín Farias Neves

LEI MUNICIPAL Nº 223 DE 30 DE FEVEREIRO DE 2008

Dispõe sobre a Contribuição para custeio de iluminação Pública e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Barra de Guabiraba, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e em seu nome sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica instituída a Contribuição de Iluminação Pública - CIP, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos.

Parágrafo único - Entende-se como iluminação pública aquela que esteja direta e regularmente ligada à rede pública de energia elétrica e que sirva às vias e logradouros públicos.

Art.2º - A Contribuição incidirá sobre a prestação do serviço de iluminação pública, efetuada pelo Município no âmbito do seu território.

Art.3º - Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de unidade imobiliária servida por iluminação pública.

Art.4º - A contribuição será definida com base nas tabelas abaixo, observando a classe e faixa de consumo do contribuinte.

I - para os contribuintes classificados como residencial e com consumo perante a concessionária entre:

	VALOR (R\$)
De 31 a 50	0,87
De 51 a 100	1,56
De 101 a 150	2,59
De 151 a 300	7,68
De 301 a 500	12,76
De 501 a 1.000	25,44
Acima de 1.000	42,33
	84,50

Rua Miguel Teixeira s/n - Centro - Barra de Guabiraba - PE CEP: 55.690-000
Fone: (81) 3758 1043 - CNPJ - 10.120.962/0001-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE GUABIRABA-PE
Palácio Municipal Dr. Franklin Farias Neves

II - para os contribuintes classificados como Comércio e Indústria com consumo perante a concessionária entre:

FAIXA DE CONSUMO (kwh)	VALOR (R\$)
De 0 a 30	
De 31 a 50	
De 51 a 100	2,95
De 101 a 150	3,05
De 151 a 300	5,02
De 301 a 500	9,94
De 501 a 1000	14,86
De 1001 a 1500	29,62
De 1501 a 2000	49,29
Acima de 2000	58,36

Parágrafo primeiro - O valor do rateio da Contribuição, apurado com base no custeio anual do serviço de iluminação das vias e logradouros públicos, observará a distinção entre contribuintes de natureza industrial, comercial, residencial e serviços.

Art.5º - A cobrança da Contribuição para custeio de Iluminação Pública (CIP) se dará na fatura de energia elétrica, emitida pela empresa concessionária ou permissionária.

Art.6º - Os valores da CIP definidos no Art.4º serão atualizados no mesmo percentual em que for reajustada a tarifa de fornecimento de energia elétrica para iluminação pública determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, entrando em vigor durante o ciclo de faturamento posterior a sua publicação.

Parágrafo Único: O Poder Executivo fica autorizado a celebrar contrato ou convênio com a empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica local, para promover e regulamentar a arrecadação da Contribuição para Custeio de Iluminação Pública - CIP.

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal poderá mediante Decreto corrigir os valores da tabela de que trata o Art.4º desta Lei.

Art.8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra de Guabiraba, 30 de dezembro de 2008.


ALBERTO GEORGE PEREIRA DE ALBUQUERQUE
PREFEITO